

CAPÍTULO 3

SINDEMIA E EDUCAÇÃO: ENTRE A DURA PEDAGOGIA VIRÓTICA E O ADIAMENTO DO FIM DO MUNDO, COMO FICA A EDUCAÇÃO FÍSICA?

Rubens Antonio Gurgel Vieira¹
Clayton César de Oliveira Borges²
Pedro Xavier Russo Bonetto³

DOI: 10.46898/rfb.9786558892441.3

1 Professor Adjunto do Departamento de Educação Física da Universidade de Lavras. Doutor em Currículo pela Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (FE/UNICAMP). Mestre em Didática pela Faculdade de Educação da USP. Membro do Grupo de Estudo Educação Física Escolar da Faculdade de Educação da USP e do Grupo de Pesquisa, Linguagem e Práticas Corporais da Faculdade de Educação da Unicamp. Graduado em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Associação Cristã de Moços de Sorocaba (2008).

2 É Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da USP e Mestre em Filosofia pelo programa de Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Possui Graduação em Pedagogia, Educação Física e Filosofia. Leciona no curso de Graduação em Educação Física do Centro Universitário São Roque. É pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa em Educação Física escolar da FEUSP. Interessa-se pelos seguintes temas: estudos foucaultianos; história e filosofia da educação; didática; educação física escolar; teorias curriculares; identidades docentes; corpo e subjetividade. Atualmente, vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa - sobretudo a partir da perspectiva foucaultiana - direcionados às problemáticas acerca das políticas de currículo contemporâneas como artes de governo envolvidas na constituição de subjetividades.

3 Licenciatura Plena em Educação Física pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), na área temática Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares. Doutor em Educação na temática Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças (FE-USP). Professor da rede municipal de São Paulo e da Faculdade Flamingo nos cursos de Pedagogia e licenciatura em Educação Física. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Física Escolar da FE-USP. Membro associado do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE-SP) e Coordenador científico da atual secretaria do Estado de São Paulo (CBCE-SP). Tem experiência com os seguintes temas: Educação Física escolar, Currículo, Ciências Sociais aplicadas na Educação (Estudos Culturais, Multiculturalismo, Pós-estruturalismo/Filosofia da Diferença).

INTRODUÇÃO

No ano de 2020 o planeta foi atravessado pelo maior desafio do novo milênio, talvez a primeira grande crise global de uma geração e a maior emergência sanitária desde a gripe espanhola: a pandemia da covid-19. As consequências imediatas são terríveis, com estimativas de outubro de 2021 apontando quase cinco milhões de óbitos mundialmente (OPAS, 2021). Somente no Brasil, no mesmo período, temos seiscentas mil mortes – dados que podem ter sido subestimados, dadas as dificuldades óbvias de contabilização.

Não bastasse a tragédia humana, economicamente devemos enfrentar nos próximos anos as piores crises desde a Grande Depressão, da quebra da bolsa de valores em 1929 e o período após as duas Guerras Mundiais – o que definitivamente deve piorar as condições de vida das populações menos favorecidas e mais vulneráveis por muitos anos. O momento é de crise mundial e necessidade extrema de mudanças de comportamento coletivo: precisamos de transformações socioculturais, políticas, econômicas e ambientais.

As gigantescas adversidades provocadas pela contaminação de coronavírus despertaram reações por toda a comunidade científica na busca pelas melhores formas de tratamento, novas tecnologias para combater a doença e, evidentemente, uma corrida mundial pelas vacinas. No campo das Ciências Humanas, destacados intelectuais se manifestaram de forma empenhada na compreensão do momento que vivemos (ZIZEK, 2020; AGAMBEN, 2020; ESPOSITO, 2020; GIL, 2020; DINIZ, 2020; MBEMBE, 2020; KRENAK, 2019, 2020a, 2020b; SOUZA SANTOS, 2020).

Como civilização planetária, encontramos-nos até a chegada ampla da vacina em um impasse: para sermos solidários, responsáveis com a vida humana, necessitamos do isolamento social, do pouco ou inexistente contato, restrito ao ultimamente necessário. Por outro lado, o *Outro* como tema de pesquisa é frequentemente relatado como a fonte do medo, reforçado na conjuntura pela concepção de uma outra pessoa que possa nos contagiar com o novo vírus. Enfrentar o medo da diferença e simultaneamente limitar o contato, o contágio, as interações, a proliferação da vida, eis o óbice. O resultado de tal encruzilhada, seja para a superação de tal embaraço, seja somente para a manutenção de condições mínimas de vida digna, foi muito frequentemente recorrer à vida virtual via internet e suas redes sociais, aplicativos, interações cibernéticas de toda sorte.

Mas a saída virtual, além das óbvias limitações corporais, não se trata de opção universal. Sabemos que o acesso ao mundo digital não acontece de forma igualitária

e, especialmente em países como o Brasil, a democratização da internet ainda é uma realidade distante: dados do IBGE (2018) apontam que uma em quatro pessoas não possuem acesso, o que dá um total de quase 60 milhões de pessoas. Além do acesso, temos ainda a questão da qualidade e disponibilidade da conexão, desafios que impõem sérias barreiras. Não há dúvida, entretanto, que o momento pandêmico promoveu uma intensificação da utilização dos meios digitais – podemos dizer que vivemos, concomitantemente, uma centralidade da cibercultura conjugada com o aprofundamento de um abismo social separando privilegiados de excluídos e abandonados.

Além dos óbvios impactos socioeconômicos, quais efeitos mais a intensificação da utilização e avanço de novas tecnologias em comunicação e informação tem provocado? Pierre Lévy (2010) define como cibercultura o espaço virtual criado pelos avanços tecnológicos nos sistemas computacionais que revolucionaram a informação e a comunicação, modificando as formas de relação humana com o conhecimento. Com a sua metáfora de “Segundo Dilúvio”, pretende descrever o fenômeno de “chuva” de informação que caracteriza a sociedade contemporânea. Pois bem, se já estávamos em um dilúvio, o coronavírus nos trouxe mais tempestades. De um momento para outro, inúmeros processos sociais privados de contato humano se viram na urgência de remodelação, adaptação e criação de novas formas de funcionamento.

Não se trata, evidentemente, de apontar um fenômeno recente. O sociólogo espanhol Manuel Castells (1999) afirma há muitos anos que as transformações cognitivas necessárias para a utilização em larga escala das novas tecnologias já aconteceram. Antes dele, pensadores de meados do século XX como Marshall McLuhan, Alvin Toffler, Carl Sagan, entre inúmeros outros, já nos alertavam das transformações vindouras. O que o ano de 2020 carregou como novidade é justamente todo o contexto viral forçando novas formas de viver extremamente dependentes dessas tecnologias devido ao isolamento social – ao menos até a produção da vacina e entre aqueles que não negam a extrema dificuldade da situação e mortalidade do covid-19.

O campo educacional não está alheio a tal contexto e a conexão intensa com o mundo virtual tem modificado de forma irreversível o que entendemos por educação. Enquanto muitas crianças ficaram absolutamente privadas de qualquer atividade educativa (ampliando a fenda entre privilegiados e marginalizados), muitas outras foram forçadas a mergulhar num mundo de aplicativos, programas de comunicação, ambientes virtuais de aprendizagem, vídeos e áudios educativos, utili-

zação das redes sociais para fins pedagógicos, entre outras estratégias criadas pelos docentes.

Não se trata de mera adaptação, mas antes uma reconfiguração do dispositivo escolar com implicações profundas na produção de subjetividades de todos os indivíduos envolvidos no processo. Novas tecnologias computacionais são máquinas de criação de cognição, de produção de novas subjetividades, de novas formas de pensar e ser (LÉVY, 2010; KASTRUP, 1999). Temos como resultado da potencialização do uso das redes um estruturamento contínuo do organismo biológico com os meios tecnológicos – um devir-ciborgue: “sujeitos e máquinas agenciam-se e entram em acoplamentos que podem engendrar novas máquinas e novos sujeitos, em pleno exercício de seu inacabamento e em constante ultrapassamento de seus limites” (KASTRUP, 1999, p. 174).

Apesar da intensa mudança na instituição escolar, não podemos afirmar que os componentes disciplinares são afetados da mesma forma. Ainda que incidam sobre os docentes as mesmas condições estruturais, há especificidades que não podem ser ignoradas. A Educação Física, componente curricular obrigatório que toma por objeto de estudo a cultura corporal (NEIRA; NUNES, 2009), se encontra arredada nesse liame vírus-educação-internet de modo peculiar, pois muito do que o senso comum pensa sobre a função da disciplina se perde diante da impossibilidade de boa parte de suas práticas, afinal não podemos nos reunir para realizar as manifestações da cultura corporal. O que resta aos docentes desta disciplina? Aulas teóricas e vídeos expositivos sobre as culturas que geraram brincadeiras, esportes, danças, lutas, ginásticas? Propostas de experimentações individuais que adaptem práticas corporais criadas em outros contextos para o ambiente doméstico? Talvez todas estas alternativas, talvez nenhuma delas: antes de um mergulho didático, pensamos ser necessário uma reflexão acerca de algumas implicações cosmológicas, epistemológicas e políticas da pandemia.

Diante do exposto, este ensaio se propõe a mergulhar na discussão filosófica/política/pedagógica como forma de traçar mapas iniciais, buscando criar alguma espécie de rabisco/rascunho que oriente investigações posteriores.

Iremos nos apoiar em alguns teóricos pós-estruturalistas, mas também em dois grandes professores epistemólogos do Sul: Boaventura de Souza Santos e Ailton Krenak. Em tal companhia, buscaremos refletir como fica a educação, a escola e, mais especificamente nosso campo de estudo, a Educação Física, no novo mundo que se anuncia. A intenção é nos ajudar a entender um pouco o que estamos vivendo e, quiçá, nos possibilitar criar saídas do lugar comum frente à tragédia.

COMO INTERPRETAR O QUE ESTAMOS VIVENDO?

Tão logo os primeiros anúncios jornalísticos alertaram para a dimensão do drama a ser vivido globalmente, intelectuais se lançaram a refletir sobre as causas, perigos e possibilidades da nova ameaça virótica. Nesta seção iremos realizar um apanhado dessas reflexões iniciais, buscando compor um quadro teórico que suporte algumas análises.

Destarte, nada mais apropriado para o contexto do que o debate proposto a partir de uma peça da cultura pop que retrata justamente um futuro cibernético distópico: num artigo intitulado *Logística das pandemias*, Laurent de Sutter (2020) recorre à trilogia *Matrix* (1999, 2003, 2003) e recupera um trecho no qual o agente Smith interpela Morpheus, sinalizando que os seres humanos não são, de fato, mamíferos, uma vez que estes mantêm um equilíbrio com o seu ambiente. Os humanos, por sua vez, instalam-se num dado lugar e se multiplicam, até esgotar todos os recursos naturais e, então, dispersam-se para outro lugar. O vilão da série diz então que os seres humanos são uma doença ao planeta, e afirma de modo taxativo que há outro tipo de organismo que adota comportamento destrutivo semelhante: o vírus.

Na esteira de tal horizonte, o filósofo belga francófono se vale desse traço em comum da humanidade com os modos de operação de um vírus e desenvolve seus argumentos a partir da noção de logística. Desse modo, efetua uma espécie de genealogia e indica que a história das epidemias – que remontaria às comunidades neolíticas (9000 a 7000 a.C.) – relacionam-se com as primeiras instalações sedentárias, que resultaram nos primeiros povoados. Tais instalações sedentárias implicaram, com efeito, nas primeiras coabitações entre humanos e não-humanos. É, pois, nesse período histórico que ocorre o desaparecimento de um contingente enorme de pessoas, de cidades inteiras, ocasionadas por investidas impetuosas de doenças. Paradoxalmente, as inovações técnicas que permitiram aos humanos uma vida mais confortável e organizada, as redes logísticas que contribuíram para deslocamentos geográficos mais eficazes, favoreceram igualmente a sobrevivência e a circulação de diversos tipos de ameaças, entre elas, os vírus. Como resultante, já o dissemos, surgem as primeiras pandemias por toda a superfície do planeta.

Nesse sentido, de acordo com a detecção de Sutter (2020), não há, de fato, novidade alguma nas pandemias contemporâneas. Talvez se possa dizer que, com a Modernidade, e, em seguimento, a ampliação acentuada e praticamente sem limites das conexões logísticas, o surgimento de pandemias parece algo inerente ao modo de vida atual.

[...] as pandemias estão inscritas no fato de que os humanos não podem viver sós – e que certas formas de vida aproveitam dessa impossibilidade da solidão para poder existir também. Por toda a parte em que a logística permite a multiplicação de seres humanos, haverá criaturas suscetíveis de se aproveitar disso; e quanto mais essa logística torne possível a sobrevivência de um grande número de indivíduos, mais eles serão suscetíveis de abrigar aquilo mesmo que é bem capaz de destruí-los (SUTTER, 2020, p. 06).

Em direção diametralmente oposta à de muitos teóricos que se debruçaram sobre a questão viral e que, comumente, culpabilizam os próprios seres humanos pela situação pandêmica, Sutter (2020) entende que seria impraticável designar culpados, ainda que invariavelmente as análises a esse respeito apontem para o capitalismo industrial, a gestão neoliberal das populações, o Ocidente colonizador, a *psyche* antropocentrista entre outros. Em sua ótica, nada mais reducionista e incoerente que tais prognósticos. À guisa de conclusão, para o filósofo, se é bem verdade que alguns parâmetros relativos à concentração e à extensão logística da humanidade sobre o mundo poderiam ser mais bem geridos, essa gestão não é propriamente uma questão de projeto político ou econômico, mas cosmológica.

As estradas, canais, pontes, trilhos, túneis, cabos, conduítes, tubulações, que recobrem o planeta com suas redes, são por definição sistemas de circulação sem os quais não haveria vida alguma – falando propriamente, eles são a vida, porque eles são o mundo. Todo o problema, para aqueles que gostariam de controlar ainda mais os fluxos de indesejáveis, consiste em começar a dimensionar a que ponto – e com mais razão, porque não importa qual a forma do discurso ou da ideologia – é dos fluxos de indesejáveis que nós, em conjunto, dependemos. Jamais poderemos nos desfazer desse conjunto feito de fronteiras fluidas – mas podemos, ao menos, compreender a sua razão de ser (SUTTER, 2020, p. 08).

Ainda que Sutter não nos dê indícios acerca de que cosmologia efetivamente se trata, impossível não recordar aqui da hipótese cosmológica nietzschiana do eterno retorno do mesmo que, em linhas muito gerais, pode ser compreendida como um projeto de transvaloração moral, uma espécie de *ethos* que oferece ao pensamento uma possibilidade de experimentação para a vida prática (MARTON, 1990).

Parece-nos, contudo, que refletir sobre a vida ou sobre os modos de vida – a despeito de estarmos ou não vivenciando uma situação pandêmica e, ainda, das singularidades dos modos de vida – implica, pois, ter em conta as instâncias e racionalidades que, em maior ou menor dimensão, atravessam nossas vidas cotidianas, produzem subjetividades e que, como vimos há pouco, foram completamente descartadas por Sutter. Nesse sentido, vejamos como alguns teóricos se propõem a pensar a pandemia justamente a partir das questões políticas, econômicas e dos processos de governamentalidade das populações.

Slavoj Žižek (2020) apontou em meados de janeiro de 2020, ainda bem no início do espalhamento do vírus, a necessidade de uma “solidariedade incondicional e

uma resposta globalmente coordenada”. Para o autor, seria possível que as pessoas utilizassem o “tempo morto” provocado pela nova realidade social para diminuir a ansiedade da vida contemporânea, em uma clara posição otimista das lições a serem retiradas do drama recente. Destacamos alguns pontos na argumentação posterior de Žižek que merecem consideração: as catástrofes de fato demandam certa coesão e aliança que desafiam as leis de concorrência de um mercado global - discussões como renda universal e sistemas unificados de saúde pública nunca obtiveram tanto destaque quanto nos dias atuais; a realidade virtual se torna *locus* de segurança e interação em níveis nunca antes vistos, abarcando até mesmo populações resistentes e colocando pressão nos governos para disponibilizar, desburocratizar e agilizar o acesso ao mundo digital; o evidenciamento das flutuações de mercado como símbolo dos processos sociais, ou seja, fica ainda mais explícito, se é que isso é possível, o quanto a vida social e cultural é regulada pelos valores do mercado e seus índices de sucesso - a vida mercadorizada é avaliada pelo que produz e não pelo seu valor em si. Vemos, portanto, que uma porfia se apresenta claramente: a necessidade da cooperação em um mundo competitivo. Entretanto, o filósofo esloveno não teve muita companhia.

Ainda nos primórdios da virulenta novela mundial, o filósofo italiano Giorgio Agamben (2020) minimizou os impactos decorrentes da Covid-19 até aquele momento, em meados de fevereiro de 2020, para alertar para os riscos do estabelecimento de um estado de exceção como paradigma normal de governo em nome da segurança populacional. O filósofo questiona se a situação recente não fornecerá os argumentos necessários para o fim do ensino presencial, motivados pelo controle do Estado de exceção. Jean-Luc Nancy (2020) respeitosamente considerou os ataques de Agamben para com os governos como distratores do que realmente importa: as condições de vida de uma civilização em risco. Ao nosso ver, a discussão somente se iniciava e todos os alertas pareciam pertinentes, afinal, como afirma o filósofo português José Gil (2020), o que vem aí, ninguém sabe. Para Gil, as forças que causaram a pandemia são estranhas à ordem mundial e, concomitantemente, a colocam em questão, quebrando o nexos do mundo. Não podemos, segundo o autor, nos limitar a colocar nossas esperanças nas mãos dos líderes que canalizam o medo em adesão política.

Roberto Esposito (2020), amparado pelo conceito de biopolítica de Michel Foucault, entende que a política e o controle da vida estão cada vez mais intrincados, mas de maneiras distintas em cada momento histórico e contexto social, de modo que as análises mais ligeiras devem ser evitadas. Para o autor, a medicalização da política e a politização da medicina são fatores mutuamente imbricados na trans-

formação da política contemporânea, o que resulta mais em decomposição dos poderes públicos do que numa articulação totalitária. Os argumentos de Esposito são elucidativos quando olhamos para as disputas de narrativas entre as figuras políticas brasileiras na gestão da crise do vírus, com coletivas oficiais se transformando em verdadeiros palanques de campanha. De qualquer forma, esta discussão colocou em xeque os argumentos *zizekianos* de um poder subversivo do vírus ao sistema capitalista internacional.

Daniele Lorenzini (2020) também faz uso do conceito de biopolítica para pensar a pandemia, porém, sugere que se faça um uso cuidadoso desta noção. Advoga que Foucault cunhou a noção de biopolítica não para mostrar o quão cruel ou benevolente seria tal forma de poder, uma vez que o poder não é bom nem mau em si, mas é sempre perigoso, sobretudo se aceito sem questionamento. Tratou-se, pois, de dar a ver como os processos biológicos (taxas de natalidade, mortalidade, morbidade, expectativa média de vida entre outros) tornaram-se questão fulcral para a tomada de decisões políticas, e isso independentemente de situações atípicas, como uma pandemia. Em outros termos, pode-se dizer que Foucault procurou explicitar uma mudança de paradigma na forma como somos governados, no qual os processos biológicos possuem centralidade.

A partir da perspectiva foucaultiana, Lorenzini (2020) alerta-nos que não se trata de ser a favor ou contra a biopolítica, mas tratá-la como um evento histórico que define, em alguma medida, o modo como somos governados. Dessa perspectiva, as objeções acerca de medidas coercitivas de confinamento e controle em tempos de pandemia causam-lhe espanto, uma vez que o poder disciplinar e biopolítico em nossa sociedade “funciona principalmente de forma automática, invisível e perfeitamente normal – e que é mais perigoso precisamente quando não o notamos” (p. 3).

Ora, tendo em vista que o poder biopolítico não se exerce somente em situações excepcionais, talvez devêssemos questionar o quanto, em nosso cotidiano, somos sujeitos biopolíticos obedientes, já que tal forma histórica de subjetividade tem se efetivado há pelo menos dois séculos. Em tal empreitada, Lorenzini (2020) considera pertinente valermos-nos da ontologia crítica ou, se quisermos, da atitude crítica foucaultiana que, em linhas muito gerais, consiste num procedimento que objetiva interrogar os modos de pensamento tomados como verdade, que fundamentam as práticas e os comportamentos cotidianos.

Outro ponto destacado pelo autor é a interconexão da biopolítica com o racismo. Nesse sentido, assinala que não se pode reduzir a biopolítica à célebre fórmula

foucaultiana de fazer viver e deixar morrer, dado que a biopolítica contemporânea pode ser mais bem compreendida como uma política de vulnerabilidade social, que estabelece hierarquias no valor das vidas como estratégia para o governo dos vivos – naquilo que Achille Mbembe (2018) denominou de necropolítica.

Lorenzini, ao ser contrário às análises que compreendem que o vírus nos coloca numa situação de igualdade – a não ser que se trate da igualdade dos ricos e privilegiados que não precisaram trabalhar ou que puderam se manter trabalhando em casa –, explicita justamente a “produção incessante da vulnerabilidade diferencial e das desigualdades sociais” (LORENZINI, 2020, p. 5). O filósofo indaga, por exemplo, por qual motivo os merecidos aplausos aos médicos e profissionais da saúde que estão na linha de frente no combate ao vírus não se estendem aos caixas de supermercado e farmácia, motoristas de transporte público, operários e tantas outras categorias que trabalham em empregos fundamentais para o funcionamento da sociedade. Não seriam estes também profissionais da saúde?

Diagnóstico análogo, mas não inteiramente equivalente no que concerne aos efeitos do Covid a partir de uma leitura biopolítica, é ofertado por Preciado (2020). Assinalando algumas modulações e paradoxos da biopolítica, não deixará de apontar que “o vírus atua à nossa imagem e semelhança, não faz mais do que replicar, materializar, intensificar e estender a toda a população as formas dominantes da gestão biopolítica e necropolítica que já estavam trabalhando no território nacional e em suas fronteiras” (PRECIADO, 2020, p. 5).

Com a descoberta da vacina no século XIX, a noção de imunidade passou do campo do direito à esfera médica, de modo que se arquitetava desde então o ideal de indivíduo moderno compreendido não somente como agente econômico livre, mas também como um corpo imune igualmente livre. Na esteira de Roberto Espósito e recorrendo ao exemplo do abjeto regime nazista – que considerava como ameaça todos aqueles corpos que não pertencessem à comunidade ariana –, Preciado (2020) alerta para os perigos do manejo imunológico. Em sua ótica, tal entendimento imunológico de sociedade não acabou propriamente com a derrocada do regime nazista, uma vez que sobrevive em políticas neoliberais que, na atualidade, objetivam administrar minorias racializadas e populações migrantes.

Valendo-se ainda da investigação de Emily Martin acerca da relação entre imunidade e política na cultura americana durante as crises de poliomielite e AIDS, que constatou que a imunidade corporal não é apenas um mero fato biológico, independente de variáveis culturais e política, tendo em vista que é resultante de parâmetros sociais e políticos que alternadamente produzem soberania ou exclu-

são, proteção ou estigma, vida ou morte, Preciado (2020) considera que tal inferência é pertinente para compreender a situação pandêmica contemporânea. Assim, de modo perspicaz e sarcástico que lhe parece habitual, pronuncia que:

Se repensarmos a história de algumas das epidemias globais dos últimos cinco séculos sob o prisma oferecido por Michel Foucault, Roberto Espósito e Emily Martin, é possível elaborar uma hipótese capaz de assumir a forma de uma equação: diga-me como sua comunidade constrói sua soberania política e eu lhe direi quais serão as formas de suas epidemias e como você as enfrentará (PRECIADO, 2020. p. 6-7).

De volta às considerações acerca da ausência de novidade na gestão biopolítica do Covid-19, Preciado (2020) apresenta alguns exemplos históricos, como as epidemias de sífilis e, mais recentemente, a de AIDS, para sinalizar que, não obstante suas peculiaridades, a questão que se põe, no mais das vezes, é: quais serão as vidas que estaremos dispostos a salvar e quais serão sacrificadas durante e após a crise que estamos vivendo.

Mas isso não é tudo. O Covid-19 transpassou as políticas de fronteira territorial para o nível micro, isto é, para cada corpo individual: “A nova fronteira é a máscara. O ar que você respira deve ser apenas seu. A nova fronteira é a sua epiderme” (PRECIADO, 2020, p. 12). Desta feita, as medidas de confinamento e imobilização aplicadas recorrentemente aos migrantes, refugiados e outros grupos tidos como abjetos são agora aplicadas a todos nós.

A gestão política do Covid-19 trata-se, com efeito, de uma forma de gerenciar a vida e a morte e que parece delinear os contornos de uma nova subjetividade, por meio de técnicas de biovigilância e, ainda, do lar pessoal não apenas como espaço de confinamento do corpo, como em outras pandemias, mas como “centro da economia de teleconsumo e teleprodução. O espaço doméstico agora existe como um ponto em um espaço controlado por ciber, um local identificável em um mapa do Google, uma caixa reconhecível por um drone” (PRECIADO, 2020, p. 15).

Por fim, Preciado sinaliza a possibilidade de transformação política, de reapropriarmos criticamente as técnicas biopolíticas que nos constituem:

Os governos chamam ao confinamento e ao teletrabalho. Sabemos que, na verdade, eles nos chamam à descoletivização e ao telecontrole. Vamos usar o tempo e a força do confinamento para estudar as tradições de luta e de resistência das minorias que nos ajudaram a sobreviver até agora. Vamos desligar os celulares, desconectar a Internet. Façamos o grande blecaute diante dos satélites que nos observam e imaginemos juntos a revolução que virá (PRECIADO, 2020, p. 18).

Até aqui Zizek, Agamben, Mbembe, Espósito, Lorenzini e Preciado apontam para saídas distintas que vão de uma necessária solidariedade virótica, para alertas

contra o estado de exceção, uma ontologia hipercrítica e uma prótese biopolítica perversa. Mas ao considerarmos o alerta de Preciado da conexão entre a política de luta contra o vírus com a construção de soberania de um povo, precisamos recorrer ao contexto brasileiro por outras vias.

PENSANDO COM O SUL

Durante centenas de anos os países periféricos colonizados sofreram não somente com processos de destruição civilizatório, mas de forma concomitante com um epistemicídio que apaga da história a produção cultural de muitos povos. Reside neste movimento nortenho dito civilizatório, mas profundamente cruel, as sementes das mazelas contemporâneas. Logo, é clara a necessidade de recorrer às epistemologias do Sul como forma de encontrar qualquer chance de resposta, uma vez que não podemos supor que as condições de enfrentamento da pandemia são as mesmas no Brasil em comparação com a Europa, EUA, China, etc.

A antropóloga Débora Diniz (2020) relembra que as distintas realidades entre as nações nos impedem de pensar que estamos todos mundialmente no mesmo barco. Também pensando a partir da biopolítica como o poder que organiza as políticas da vida, a intelectual articula com o pensamento do teórico político camaronês Achille Mbembe para pensar a realidade brasileira a partir da concepção de necropolítica: uma política de morte, que permite o fim daqueles que não interessam ao sistema financeiro. Nesta perspectiva, doenças regionais e dilemas humanos localizados não interessam aos governos e não estimulam grandes políticas públicas.

Para exemplificar, muitas epidemias brasileiras receberam e recebem do poder público uma atenção seletiva, adequada aos centros urbanos que contém os indivíduos considerados socialmente dignos e um completo abandono de regiões marginalizadas assoladas por dengue, chikungunya, zika vírus, etc. Não fosse o poderio pandêmico devido à alta virulência do vírus covid-19, é seguro supor que *lockdown* e vacinação coletiva não entrariam na pauta global. É por isto que buscamos em dois sulistas uma perspectiva amplificadora do que estamos vivenciando: Boaventura de Souza Santos e Ailton Krenak.

Sousa Santos (2020), em *A Cruel Pedagogia do Vírus*, afirma que a atual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade, pois para o autor desde a década de 1980 o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Por isso, a pandemia vem apenas agravar uma situação a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Todas as formas de sujeição, domínio do homem sobre outros homens e homens sobre a natureza, todas as tecnologias de ex-

tração insustentáveis, todas as formas de exploração da vida já estavam com as suas condições instaladas e profundamente arraigadas em uma urbanização planetária.

Todavia, a irrupção de uma pandemia escancara a necessidade de mudanças drásticas, o ponto onde não há retorno e que demanda uma reconfiguração planetária das subjetividades, dos modos de produção, dos patamares de consumo, dos anseios coletivos. Em *Tudo que é sólido se desfaz no ar*, Sousa Santos (2020) diz que, de repente, o contexto pandêmico fez possível (ou nos forçou) questionar as nossas formas de vida baseadas no capitalismo, no colonialismo e no patriarcado. Assim, a ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo em que vivemos cai por terra. Com a parada obrigatória, animais voltaram a habitats longamente abandonados, rios voltaram a respirar, outros sons além de buzinas, motores e som industrial se fizeram presentes.

Em *A Sul da quarentena*, Sousa Santos (2020) afirma que qualquer quarentena é mais difícil para uns grupos sociais do que para outros, e quase impossível para um vasto grupo de cuidadores, cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população. Assim, a quarentena é sempre discriminatória, pois possui como missão tornar possível a quarentena ao conjunto da população do Norte enquanto joga na fogueira habitantes do Sul: mulheres, trabalhadores precários, informais, trabalhadores da rua, os sem-abrigo ou populações de rua, moradores nas periferias pobres das cidades, favelas, os internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente, deficientes, idosos, entre outras possibilidades de descrição dos excluídos, alijados e sacrificados.

Ao contrário do que se possa pensar, Souza Santos diz que, de imediato, o pós-quarentena não será um período propício a discutir alternativas, a menos que a normalidade da vida a que as pessoas quiserem regressar não seja de todo possível. No curto prazo, o mais provável é que, no fim da pandemia, as pessoas queiram assegurar que o mundo que conheceram, afinal, não desapareceu. Regressarão sofredamente às ruas, ansiosos por voltar a circular livremente. Irão aos jardins, aos restaurantes, aos centros comerciais, visitarão parentes e amigos, regressarão às rotinas que, por mais pesadas e monótonas que tenham sido, parecerão agora leves e sedutoras. No entanto, o regresso à “normalidade” não será igualmente fácil para todos. E o autor questiona:

Quando se reconstituirão os rendimentos anteriores? Estarão os empregos e os salários à espera e à disposição? Quando se recuperarão os atrasos na educação e nas carreiras? Desaparecerá o Estado de exceção que foi criado para responder à pandemia tão rapidamente quanto a pandemia? (SOUSA SANTOS, 2020, p. 29).

Em cima de tais questionamentos e tratando de refutar uma perspectiva neoliberal típica do pensamento ocidental, Sousa Santos (2020) elenca algumas lições:

- Lição 1. O tempo político e midiático condiciona o modo como a sociedade contemporânea se apercebe dos riscos que corre.
- Lição 2. As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga.
- Lição 3. Enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro.
- Lição 4. A extrema-direita e a direita hiper-neoliberal ficam definitivamente (espera-se) descreditadas.
- Lição 5. O colonialismo e o patriarcado estão vivos e reforçam-se nos momentos de crise aguda.
- Lição 6. O regresso do Estado e da comunidade.

É possível perceber os elos e aproximações entre as lições do pensador português com os conceitos de biopolítica e necropolítica trabalhados na seção anterior. De fato, mesmo que Sutter nos provoque a percebermos que as condições sócio-políticas contemporâneas não sejam especificamente as únicas condições geradoras de novas pandemias, é difícil discordar de certo sentimento amplamente presente entre intelectuais acerca da discrepância das condições de resistência.

Veiga-Neto (2020) entende que o que estamos enfrentando não se trata de uma simples pandemia, uma vez que o termo remete ao alcance planetário de uma doença infectocontagiosa. Pois bem, tal condição provoca alterações de ordem social, cultural e econômica que vão muito além da questão do contágio. Em artigo conveniente para nossa articulação teórica denominado *Mais uma lição: sindemia covídica e educação*, o autor se inspira no antropólogo Merrill Singer para propor o termo sindemia como mais apropriado para descrever o contexto virótico global, justamente por conectar as dimensões descritas acima em conjugação com questões ambientais. É precisamente o que estamos vivenciando, uma crise planetária que envolve nossos códigos culturais, modos de produção, organização societária, cosmologia, espiritualidade – uma sindemia.

A questão que emerge, então, é como proceder em tal contexto – o que nos resta fazer diante das dificuldades? Souza Santos (2020) afirma que nos próximos tempos esta situação nos dará mais lições – sempre de forma cruel. Se seremos capazes de aprender é por agora uma questão em aberto. Diante de tantas angústias e necessidade por respostas e caminhos, uma voz tem se destacado por carregar uma cosmovisão ameríndia epistemologicamente muito distante das tradicionais concepções ocidentais – estamos nos referindo aos escritos do indígena jornalista escritor filósofo Ailton Krenak.

Krenak em *O amanhã não está à venda* (2020), examina o contexto pandêmico e traz questões fulcrais: *Somos de fato uma humanidade? A atual forma como tocamos a vida é algo possível? O que levaremos dessa experiência com o vírus?* Para o intelectual indígena, nós nos acostumamos com essa ideia naturalizada de humanidade, mas ninguém mais questiona o sentido do que pode ser um humano, uma ideia de humanidade. De acordo com o autor, estamos devastando o planeta, cavando um fosso gigantesco de desigualdades entre povos e sociedades, criando subhumanidades que vivem numa grande miséria – e isso foi naturalizado, não nos provoca ojeriza, asco ou ao menos estranhamento. Concomitantemente, subhumanidades que resistem agarradas na Terra, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina: caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – existe aí uma lição, um caminho, alguma possibilidade).

Por isso, Krenak (2020) afirma que o vírus é reflexo de uma mentalidade doentia que está dominando o mundo há tempos. Uma forma de vida insustentável que adotamos por livre escolha. Descreve como: “uma fantástica liberdade que todos adoram reivindicar, mas ninguém se pergunta qual o seu preço” (p. 5). Complementa, dizendo que o vírus está discriminando a humanidade, e em continuidade ao que escreveu em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), assevera que uma das ideias extremamente necessárias para a adiar o fim do mundo é a compreensão social que não somos “o sal da terra”, assim, é urgente abandonar o antropocentrismo, uma vez que há muita vida além do nosso modo, não fazemos falta alguma na biodiversidade. Diz ainda, que esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam se manter agarrados nessa Terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta.

Por fim, o intelectual indígena diz que quem está apenas adiando compromissos, como se tudo fosse voltar ao normal, está vivendo no passado. Para ele, o futuro é aqui e agora, pode não haver o ano que vem. Ninguém escapa, nem aquelas pessoas saindo de carro importado para mandar seus empregados voltarem ao trabalho, como se fossem escravos. Se o vírus os pegar, eles podem morrer, igual a todos nós. Com ou sem Land Rover. Por isso, diz: “tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro” (p. 22).

E COMO FICA A EDUCAÇÃO/EDUCAÇÃO FÍSICA?

Diante do distanciamento social exigido pela pandemia da covid-19, em março de 2020, num bairro de Sevilha, na Espanha, um professor de Educação Física subiu até o telhado do prédio mais baixo do bairro e iniciou uma aula improvisada com uma série de exercícios físicos. O gesto chamou a atenção dos moradores dos prédios vizinhos que, das varandas dos seus apartamentos, reproduziram os movimentos do professor espanhol. O vídeo da cena viralizou mundo afora. As reportagens que noticiaram o acontecimento destacavam a necessidade de reinvenção diante da situação pandêmica.

No cenário educacional brasileiro, com o fechamento das escolas, o discurso acerca da reinvenção e improvisação também passou a ser adotado como uma espécie de palavra de ordem. No caso específico da Educação Física escolar, além desses discursos, também se recorreu, invariavelmente, àqueles que sinalizavam uma correlação direta entre exercício físico e saúde física e mental, característicos das propostas biopsicológicas do componente. Dessa forma, através do uso de plataformas digitais, muitos professores e professoras de Educação Física passaram a estimular seus alunos e alunas a exercitarem-se, da maneira que fosse possível. Um dos objetivos seria prevenir o sedentarismo que aumentou muito durante a pandemia, além dos benefícios de ordem psicológica. Sem menosprezar os esforços desses docentes, nos propomos aqui a pensar uma Educação Física que não esteja vinculada simplesmente a um viés funcionalista, afinal, a intenção é não perder o alerta de Krenak de vista – não queremos um retorno à normalidade.

A questão “o que é a Educação Física” é, além de clássica, profundamente desgastada. Mas como nos ensina Bracht (1995), de tempos em tempos necessária – e não parece haver momento mais propício do que estes últimos anos. Ao nos incitar a questionar que tipo de humanidade estamos a defender, Krenak consequentemente força o deslocamento da questão para o campo da Educação e, consequentemente, a Educação Física (além de qualquer outro campo de atividade humana). As respostas que o campo nos forneceu até aqui seriam suficientes para sustentar uma nova postura?

As metodologias inspiradas nas ciências psicobiológicas foram questionadas em sua relevância para a função social da escola há décadas, entretanto, mesmo as teorizações críticas focalizadas no acesso ao modelo de vida industrial e igualitarismo social necessitam de ampla revisão. Afinal, a distribuição de renda e o fim das opressões capitalistas não garantem qualquer alteração em nossa relação com o planeta, pois não basta lutarmos por inclusão na categoria humano se tal concepção

ainda está apoiada em um antropocentrismo que escraviza animais, destrói biodiversidades para sua conveniência e explora de maneira predatória cada canto do planeta, mesmo ao custo da própria autodestruição.

De fato, mesmo a vertente curricular apoiada nas correntes pós-críticas, que desconfiam de categorias transcendentais como racionalidade, progresso teleológico e conhecimento representacional, pouco ou nada adentraram a questão ambiental. Temas como veganismo, escravidão animal, biodiversidade, entre outros, são capitaneados por outros campos do conhecimento e movimentos sociais, como se a cultura corporal não estivesse profundamente conectada com os modos de relação com a natureza.

A sensação que nos percorre ao olhar de sobrevoos para o campo curricular da Educação Física é de que as questões remetem ao institucionalizado na lógica subumana que Krenak nos descreve, como se para realizar uma roda de capoeira, nadar, praticar ioga, treinar Kung Fu, caminhar, correr, etc. fosse extremamente necessário um local fechado (academia, clube, associação...), com energia elétrica, funcionários de limpeza, cantina vendendo sucos, tapiocas e suplementos esportivos. Nesse caso, as lutas se limitam para incluir em tais espaços também os trabalhadores, pretos, mulheres, deficientes, homossexuais, pessoas trans, pessoas não binárias, etc. Bem distante de menosprezar tais lutas, a provocação que Sousa Santos e Krenak nos colocam é esta: é somente isto que queremos? Lutar para um retorno à normalidade? Porque não podemos nos iludir, mesmo as lutas pela libertação das subjetividades que não considerem suas conexões ambientais estão ignorando os alertas de Krenak e as lições de Sousa Santos.

Assim, não nos julgamos capazes de responder como fica a Educação Física, mas anunciamos como gostaríamos que não ficasse: um retorno ao ponto que era antes (mesmo que crítico ou pós-crítico). O que defendemos para o campo curricular da Educação Física é a necessidade de esconjurar qualquer anseio de normalidade, uma revisão de solos epistêmicos, um estranhamento de todas as perspectivas cunhadas até então para que, a partir da fabricação de novas teorizações, o cotidiano escolar tenha como propósito uma educação que não tenha o homem e suas necessidades como centro, para que não passemos de um tipo de escravidão à outra ou lutemos por migalhas de um sistema autodestrutivo. Quem sabe, assim, não seremos capazes de finalmente inventar a escola livre dos anseios modernos de formação de obra capacitada, um problema apontado há décadas insistentemente na literatura. Mas, para dizer o mínimo, insatisfatoriamente enfrentado em termos concretos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O estado de exceção provocado por uma emergência infundada**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596584-o-estado-de-excecao-provocado-por-uma-emergencia-imotivada>. Acesso em: 20/12/2020.

BRACHT, Valter. Mas, afinal, o que estamos perguntando com a pergunta “o que é Educação Física”? **Movimento**, ano 2, n.2, junho, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DINIZ, Débora. **A necropolítica das epidemias**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>. Acesso em: 20/12/2020.

ESPOSITO, Roberto. **Tratados a todo custo**. Disponível em: <https://antinomie.it/index.php/2020/02/28/curati-a-oltranza/>. Acesso em: 20/12/2020.

GIL, Jorge. **O medo**. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/03/15/sociedade/ensaio/medo-1907861>. Acesso em 20/12/2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC). Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. Campinas: Papirus, 1999.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LÉVY, Piérre. **Cibercultura**. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2010.

LORENZINI, Daniel. Biopolítica nos tempos do Coronavírus. Tradução de Thiago Fortes Ribas. **Revista online do Instituto Humanas Unisinos**, 2020, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597370-logistica-das-pandemias>>. Acesso em 20 jun. 2021.

MARTON, Scarlet. **Nietzsche: das foças cósmicas aos valores humanos**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MBEMBE, Achille. **Pandemia democratizou o poder de matar**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>. Acesso em 20/12/2020.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari. **Educação Física, Currículo e Cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

PRECIADO, Paul Beatriz. Aprendiendo del vírus. **El País**, 2020, p. 1-19. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html?outputType=amp>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **A Cruel pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SUTTER, L. Logística das pandemias. Tradução de Murilo Duarte Costa Corrêa. **Revista online do Instituto Humanas Unisinos**, 2020, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597370-logistica-das-pandemias>>. Acesso em 20 jun. 2021.

ZIZEK, S. **Meu sonho de Wuhan**. Disponível em: <https://www.welt.de/kultur/article205630967/Slavoj-Zizek-My-Dream-of-Wuhan.html>. Acesso em: 20/12/2020.